

O PAC invade a Amazônia

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

O Instituto Chico Mendes nem precisou ficar pronto para mostrar a que veio. Acaba de franquear nada menos de doze unidades de conservação na Amazônia aos batedores da Empresa de Pesquisa Energética. Com esse gesto de largueza, o Ministério do Meio Ambiente mostra o quanto apoia o Plano de Aceleração do Crescimento, abrindo a prospecção do potencial hidrelétrico até nas áreas de proteção integral das bacias dos rios Trombetas, Aripuanã, Juruena, Sucurundi, Branco e Jari.

As licenças concedidas em tempo recorde pelos novos encarregados de administrar a Conservação da Biodiversidade no país incluem, por exemplo, o Parque Nacional do Juruena, a Estação Ecológica de Iquê, a Reserva Biológica do Trombetas e a Floresta Nacional de Saracá-Taquera. Não fazem discriminação entre modelos mais ou menos estritos de reservas. Coube tudo no mesmo pacote.

Nova marca

A pressa que embaralhou as reservas leva a marca da nova burocracia ambiental. Antes, ela podia ser muito ruim. Mas, pelo menos, não tentava se mostrar tão boazinha. O pedido da Empresa de Pesquisa Energética chegou ao governo em janeiro, quando o assunto ainda estava nas mãos do Ibama e ministra Marina Silva começava a ensaiar uma espécie de resistência à invasão da Amazônia pelo PAC, a partir do rio Madeira. Depois, num despacho com presidente Lula, ela trocou os pruridos pelas prioridades oficiais e ganhou de premio o Instituto Chico Mendes. Criado por medida provisória, ele foi a primeira obra do programa a sair do papel.

E eis o instituto, mostrando que as coisas efetivamente começaram a se mexer no Ministério do Meio Ambiente como queria o Palácio do Planalto. Sem o Chico Mendes, remanchava-se. [O ofício 061/2007 chegou ao diretor de Ecossistema do Ibama em janeiro](#). No papel, o diretor de Estudos de Energia Elétrica da empresa de pesquisa, José Carlos Miranda, pedia ao diretor de Ecossistemas do Ibama, Marcelo Bastos Françoso, que franqueasse a bacia do Trombetas ao “planejamento geral do setor elétrico nacional”. Quem sabe o que isso quer dizer traduz o pedido como “abertura de picadas e clareiras, colocação de marcos e réguas de medição, instalação de postos fluviométricos e sedimentométricas, além de sondagens geológicas”.

Isso é o mínimo. O máximo, todo mundo sabe qual é, num país que três décadas atrás, para o desgosto da geração de militantes que agora está no poder, afundou o Parque Nacional de Sete Quedas na represa de Itaipu. Essas coisas pareciam acontecer naquele tempo porque o regime era militar. No atual regime civil, como costuma afirmar a ministra Marina Silva, funciona uma tal de “transversalidade”.

O Ibama recebeu aquele primeiro ofício com um pé atrás. Alegou a pesquisa que não interessava às unidades de proteção integral. E cobrou dos responsáveis os detalhes sobre trabalho de campo que pretendia fazer nas reservas. Podia ser só para ganhar tempo. Mas a empresa nem lhe respondeu.

Preferiu o atalho aberto pelo Instituto Chico Mendes. Em ritmo de PAC, o diretor de Unidades de Conservação do novo instituto, João Paulo Capobianco, recebeu no dia [13 de julho o ofício 1167/2007, reiterando a solicitação](#). Aliás, cobriu-lhe urgência na aprovação de licenças para atuar em doze unidades de conservação na Amazônia, invocando os pedidos feitos em oito ofícios, um deles – o do rio Branco - datado da véspera. “Temos um prazo para concluir os trabalhos que inclusive estão contemplados e acompanhados no Plano de Aceleração do Crescimento”, dizia o diretor de Estados José Carlos Miranda, que pelo visto, [no caminho do PAC, não admite nem vírgula](#).

Diante da solidez irretorquível desse argumento técnico, a licença começou a sair no fim de julho, [já em papel timbrado do Chico Mendes](#). Ele ainda não tem quadro de pessoal nem patrimônio próprio. Mas, no essencial, parece estar funcionando muito bem. Melhor, só piorando muito.